

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Congresso reverencia Lei Maria da Penha

Os dez anos de sanção da Lei Maria da Penha, como é conhecida a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, foram comemorados em sessão solene do Congresso, no dia 17, com presença da própria Maria da Penha, das bancadas femininas da Câmara e do Senado, de representantes de órgãos governamentais, da sociedade civil e da diplomacia.

“Precisamos investir na educação para desconstruir a cultura que os homens recebem em casa e os faz pensar que a agressão é normal”, disse Maria da Penha Maia Fernandes. Aos 71 anos, ela tirou fotografias, autografou livros, discursou, e tomou conhecimento de que será indicada ao Prêmio Nobel da Paz de 2017.

O anúncio foi feito pela primeira dama e colaboradora do Governo do Distrito Federal, Márcia Rollemberg, e pela senadora Lúcia Vânia (PSB-GO). A solenidade homenageou a farmacêutica que precisou de dezenove anos para ver punido o marido que a deixou paraplégica e também anunciar iniciativas pelo fim da violência contra a mulher tomadas pela bancada feminina do Congresso.

Símbolo vivo da lei, acompanhada da filha Cláudia, Maria da Penha participou ativamente da solenidade, posou para fotos ao lado de fãs emocionados e afirmou ser contra modificações da lei, que hoje somam 104 projetos em tramitação no Congresso.

“A Lei Maria da Penha não precisa ser alterada. Ela precisa ser cumprida, efetivada e fortalecida na sua implementação pelos operadores do Direito”, disse Maria da Penha. A ativista defendeu investimentos na educação em todos os níveis, fundamental, médio e universitário, para desconstruir a cultura machista da violência de gênero contra a mulher.

Foram lançados durante a sessão um *folder* informativo com gráficos que expõem a relação direta entre a sub-representação da mulher na política e os índices de violência contra a mulher; o curso a distância sobre a Lei Maria da Penha, promovido pelo Instituto Legislativo



Presença de Maria da Penha abrilhantou a solenidade histórica

Brasileiro (ILB); o portal do Observatório da Mulher contra a Violência; e o concurso de vídeos de um minuto com histórias de superação de mulheres em situação de violência.

A intensa atividade na comemoração do aniversário de uma década da Lei deixa patente que os avanços legislativos em favor dos direitos humanos das mulheres não aconteceram ao acaso, mas se devem à atuação cada

“A Lei Maria da Penha não precisa ser alterada. Ela precisa ser cumprida, efetivada e fortalecida na sua implementação pelos operadores do Direito.”

vez mais articulada das bancadas femininas da Câmara e do Senado, que conquistaram espaços institucionais em ambas as Casas.

Presenças

Aberta pelo presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), a sessão foi prestigiada pelas senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado, Simone Tebet (PMDB-MS), Gleisi

Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Fátima Bezerra (PT-RN), Regina Sousa (PT-PI), Ângela Portela (PT-RR) e Rose de Freitas (PMDB-ES); pelas deputadas Luizianne Lins (PT-CE), Érika Kokay (PT-DF) e Carmen Zanotto (PPS-SC); por Ilana Trombka, diretora-Geral do Senado; Nadine Gasman, da ONU Mulheres no Brasil; Fátima Pelaes, secretária especial de Políticas para as Mulheres; pelas embaixadoras Eugénia Pereira Saldanha Araújo (Guiné Bissau); Marielena Ruiz Capote (Cuba); Diana Vanegas (El Salvador); embaixador José Kinn Franco (Bolívia); Martin Raiser, diretor do Banco Mundial para o Brasil; parlamentares, membros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, prefeitos e prefeitas, representantes de entidades dos movimentos sociais, dentre outras autoridades.

A *rapper* Lidiane Costa de Jesus, ao lado da *backing vocal* Kelly Rodrigues da Silva, interpretou “Em uma só voz”, vencedora do concurso nacional de músicas sobre a Lei Maria da Penha realizado em 2015. A *performance* das jovens carregou de emoção o encerramento da solenidade.

Confira o videoclipe do rap:
www.concursoleimariadapenha.com.br

Debate aborda boas práticas na aplicação da Lei nº 11.340/2006

Como parte das comemorações dos 10 anos da Lei Maria da Penha, especialistas e profissionais que atuam no atendimento a mulheres vítimas de violência abordaram exemplos positivos no cumprimento da lei na 32ª edição do programa Pauta Feminina, realizada no dia 11 de agosto.

Doutora em Psicologia e chefe do Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (Nafavd), de Santa Maria-DF, Marcela Medeiros falou sobre a utilização de questionários de “avaliação de risco”, aplicados a vítimas de violência e também a agressores para subsidiar a adoção de medidas protetivas e prevenir a repetição de casos de agressões.

A defensora pública Rosana Leite, da Vara de Violência Doméstica de Mato Grosso, destacou seu estado como único do Brasil a cumprir o artigo 14 da Lei Maria da Penha. A norma indica a tramitação conjunta de processos cíveis e criminais relativos à violência doméstica, “para que a vítima não precise ficar peregrinando atrás dos seus direitos”, explicou.

Hoje administradora de Sobradinho-DF, a delegada Jane Klébia dos Reis abordou medidas implementadas à frente da 31ª Delegacia de Polícia, como a criação de ambiente separado no atendimento feminino para vítimas de violência doméstica, com do-

cumentação fotográfica para subsidiar juízes no estabelecimento de medidas protetivas, procedimento já usado pela delegacia especializada de atendimento à mulher.

O Senado tem parceria com a Casa da Mulher Brasileira, em Brasília. Nos contratos de terceirização, são reservados 2% de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.



Senadora Vanessa Grazziotin faz abertura da mesa de debates do projeto Pauta Feminina

A supervisora do Centro Judiciário da Mulher, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Cristiane Moroishi, apresentou projetos como o “Maria da Penha vai à Escola” e o “Grupo Reflexivo para homens autores de violência doméstica”.

Coordenadora da Casa da Mulher Brasileira, Iara Lobo destacou o Serviço de Promoção da Autonomia Econômica, que oferece cursos de qualificação profissional para mulheres e boas condições de inserção no mercado de trabalho.

Com abertura da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado, o debate contou com a presença de Sosormaa Chuluunbatar, embaixadora da Mongólia; Vera Lúcia da Silva, secretária-adjunta da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF; Lúcia Bessa, subsecretária de políticas para as mulheres do Distrito Federal; Maria José Rocha, da Casa de Educação Anísio Teixeira, da Bahia, entre dezenas de participantes.

Minuto contra a violência

Até 22 de outubro, estão abertas inscrições para o Concurso de Vídeo pelo Celular 1 minuto Contra a Violência, promovido pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CPMCMV) com objetivo de estimular mulheres a resgatar o protagonismo de suas vidas, a partir da divulgação de histórias de superação da violência e dos seus efeitos duradouros.



A intenção é refletir sobre o tema “Mulher e a superação da violência” e as produções servirão como instrumento pedagógico a partir de exemplos de mulheres que possam encorajar o rompimento do ciclo de violência. A indicação dos três primeiros colocados ocorrerá no final do ano e os vencedores serão prestigiados com a veiculação dos vídeos pela TV Senado e pela TV Câmara.

A ficha de inscrição e o regulamento estão disponíveis no site: www.senado.leg.br/concurso1minutocontraaviolencia

Curso a distância

Em três semanas, 6.376 pessoas se inscreveram para o curso a distância “Dialogando sobre a Lei Maria da Penha”, oferecido desde o dia 17 de agosto pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Escola de Governo do Senado Federal.



Sem tutoria, com duração de até 60 dias, o curso foi planejado com carga de 60 horas, distribuídas em três módulos desdobrados em nove unidades. Claudio Cunha, chefe do serviço de Ensino a Distância do ILB, aponta que já foram registradas mais de 500 certificações com 99% de satisfação. Claudio destacou mensagem de uma das alunas do curso: “Aprendi uma coisa muito importante para mim e tão fácil. Chega de dor. Muito obrigada”.

Para realizar a inscrição, basta acessar o endereço eletrônico: <http://saberes.senado.leg.br>

Violência, questão política

Os dados divulgados no folder *Participação Política x Violência* ajudam a visualizar, nacional e internacionalmente, em que medida os lugares onde a participação política da mulher é menor coincidem com aqueles em que a violência contra a mulher é maior.



O Brasil ocupa as últimas posições quando se comparam números sobre participação política feminina, mas figura entre os primeiros quando se trata das estatísticas de violência contra as mulheres. Essa relação se repete em nível interno no país, se relacionados os estados brasileiros.

De acordo com Maria Conceição Lima Alves, consultora legislativa do Senado, a intenção da bancada feminina foi produzir um instrumento de luta para que lideranças femininas divulguem uma realidade pouco conhecida pela sociedade.

O folder pode ser lido no link: <http://bit.ly/2cqWL4t>

Mulheres olímpicas



No ano do *Empoderamento da Mulher no Esporte e na Política*, estabelecido a partir de projeto das senadoras Fátima Bezerra, Vanessa Grazziotin e do senador Romário, as mulheres conquistaram cinco das 19 medalhas brasileiras.

Em dupla, Martine Grael e Kahena Kunze alcançaram ouro na vela; e Ágatha Bednarczuk e Bárbara Seixas, prata no vôlei de praia. Filha de ex-nadador olímpico brasileiro, Poliana Okimoto ganhou bronze na maratona aquática e Mayra Aguiar, no judô.

A conquista de Rafaela Silva no judô, primeiro de sete pódios dourados do Brasil, tomou-a símbolo de muitas superações, inclusive da depressão sofrida após receber ataques racistas quando perdeu a luta inicial nos Jogos de Londres em 2012.

Judoca negra, criada na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, sargento do Exército e de orientação homoafetiva, a atleta foi beneficiada pelo programa Bolsa Atleta Pódio, parte do Plano Brasil Medalhas, lançado em 2012 em política para ampliar as chances de medalhas olímpicas e paraolímpicas na Rio 2016.

Microrregião de Alto Solimões abraça Mais Mulheres na Política



Público amazonense prestigia lançamento da campanha

Nos dias 28 e 29 de julho, a comunidade da conhecida tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru acolheu a campanha em eventos nas câmaras municipais dos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant, no Amazonas.

Coordenados pela procuradora Especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), os encontros reuniram dezenas de lideranças políticas locais, representantes de entidades femininas e dos movimentos sociais.

“O espaço da representação política não é dos homens, mas um espaço da sociedade”, disse Vanessa. “E nossa sociedade é dividida ao meio – metade homens, metade mulheres –, aquele tempo que à mulher era dada so-

mente a tarefa de cuidar da casa, do esposo e dos filhos ficou para trás”, completou.

Os três municípios contam com apenas uma mulher nas respectivas câmaras, que têm 15 (Tabatinga), 12 (Benjamin Constant) e 11 (Atalaia do Norte) vereadores. Benjamin Constant tem uma prefeita. Iracema Maia dirige o município que figura no primeiro lugar do ranking de transparência no estado do Amazonas e no 12º lugar no Brasil.

A senadora Vanessa destacou as estatísticas de desigualdade na política, em comparação com outros países. Uma pesquisa do DataSenado apontou a falta de apoio dos partidos políticos como principal

motivo para que as mulheres não se candidatem a um cargo político.

A bancada feminina do Senado e da Câmara tem se empenhado na indicação de caminhos legislativos para superar a desigualdade, entre eles a aprovação da PEC da Mulher (134/2015), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

As parlamentares apostam em uma reforma política democrática e inclusiva, na qual se destacam o voto proporcional, em lista fechada e com regra de alternância de gênero, o financiamento democrático das campanhas, a previsão legal de punição aos partidos e a realização de campanhas institucionais de incentivo.



A chegada de Dilma Rousseff à Presidência representou, de um lado, um marco fundamental da longa, permanente e ainda inconclusa trajetória de luta das mulheres pela consolidação de nossa cidadania política e, de outro, um agravo de grandes proporções ao universo patriarcal da política brasileira.

Logo após a eleição, Dilma incomodou os conservadores ao se autodenominar *presidenta*. O que deveria ser incorporado como expressão simples e legítima da flexão de gênero, causou estardalhaço que até hoje rende debates e não é reconhecida por par-

celas hegemônicas da política, da mídia e da sociedade.

Em seus seis anos de governo, Dilma foi chamada de fria, dura e insensível, adjetivos nunca usados para criticar qualquer homem

A presidenta Dilma pela segunda vez enfrentou seus algozes em um tribunal de exceção e mostrou ao mundo que luta é um substantivo feminino.

no exercício da Presidência. Esse tipo de crítica tem, na essência, o uso de ataques sexistas frente à incapacidade da oposição

de produzir críticas programáticas ao seu governo. São pequenos detalhes que simbolizam um comportamento machista muito mais profundo que visa interromper as conquistas da luta de mulheres, que tem como objetivo não só acabar com o preconceito, mas também garantir um país mais justo e igualitário.

O golpe travestido de *impeachment* é classista, racista e misógino. Conformando um governo exclusivamente branco e masculino, toma de assalto os direitos trabalhistas e elimina as políticas sociais que retiraram milhares de mulheres e suas famílias da pobreza absoluta e de situações de violência.

A presidenta Dilma pela segunda vez enfrentou seus algozes em um tribunal de exceção e mostrou ao mundo que luta é um substantivo feminino. Com garra, altivez e dignidade não se curvou aos farsantes e segue inspirando meninas e mulheres na luta por justiça, igualdade e retomada da democracia. Seguiremos unidas até que todas sejamos livres!

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) – vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

 **Artigo**

Mulheres Invisíveis – o silêncio das mulheres na História

Escrer a história das mulheres é sair do silêncio de onde por muito tempo estiveram confinadas. Embora as mulheres nunca tenham estado ausentes da História, o silêncio e seu esquecimento na historiografia hegemônica se perpetuaram.

Como exemplo, raramente as mulheres que tiveram participação protagonista na história da construção de Brasília foram lembradas nas narrativas históricas, apesar de terem exercido as mais diversas profissões e atuado de forma efetiva para a consolidação da nova Capital desde 1956. A realização do filme *Poeira e Batom – 50 mulheres na construção de Brasília* e a exposição *Memórias Femininas* ajudam a romper o silêncio em relação às mulheres, trazendo para o presente suas vivências do início da cidade na poeira e na precariedade das moradias de madeira sem água ou luz no meio do cerrado.

A valorização do silêncio feminino e o

apagamento da participação das mulheres na História vem de longa data. Importantes filósofos modernos apresentam argumentos enfáticos para demonstrar a inferioridade das mulheres: Descartes, Pascal, Rousseau,

Escrever a história das mulheres é sair do silêncio de onde por muito tempo estiveram confinadas.

Locke, Kant, Auguste Comte, dentre outros. Para Sófocles, o silêncio é um ornamento nas mulheres. Para Aristóteles, nenhuma educação as fará sair do mundo do silêncio. Para contrapor a crescente discriminação em relação às mulheres, a emergência do feminismo teve papel fundamental. Considerado o mais importante movimento social do século XX, passa a dar maior visibilidade às questões de gênero, problematizando a distinção entre o público e o privado, e con-

testando politicamente questões ligadas à família, sexualidade, trabalho doméstico, divisão social do trabalho e o cuidado infantil. Cabe atentar para a necessidade de avaliar e questionar as fontes históricas, na sua maioria escritas por homens. É fundamental considerar a perspectiva das próprias mulheres para a construção da História.



*Tânia Fontenele
Pesquisadora de gênero
Instituto de Pesquisa Aplicada da Mulher
Doutoranda em História - Sociedade,
Política e Cultura – UnB*

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Rita Rebelo, Ramíla Moura e Lunde Braghini.

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria